

# Clipping Diário

TJPI



07.12.2018



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O Dia	07/12/18	-	

REGIÃO DO MATOPIBA



Estiveram presentes os quatro desembargadores-gerais de Justiça dos quatro estados que compõem a região do Matopiba

# Dias e corregedores discutem a regularização fundiária

**Participaram da reunião desembargadores dos quatro estados que compõem a Matopiba: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia**

Lucas Albano e Breno Cavalcante  
PortalOOIA.com

Luiz Carlos de Oliveira  
Editor

Na manhã de ontem (6) o governador Wellington Dias (PT) se reuniu no Tribunal do Júri do Fórum Cível e Criminal de Teresina com corre-

gedores-gerais da Justiça dos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia para discutir questões da regularização fundiária dos quatro estados.

O evento foi nomeado como I Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-gerais da Justiça da Região do Matopiba, por conta do grupo composto pelos quatro estados. O governador do Piauí comenta que essa parceria é uma forma de agregar problemas parecidos nos estados vizinhos para resolvê-los em conjunto. "Aquilo que precisamos no Piauí também precisamos no Maranhão, no Tocantins e na Bahia. Já conversei com todos os governadores e estaremos junto com o judiciário tratando de uma alternativa para regularização

da propriedade da terra", diz Wellington Dias.

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí organizou o Fórum em parceria com os outros integrantes do Matopiba. "O objetivo é fornecer ao estado e aos municípios toda ferramenta necessária para que eles possam regularizar, de forma fundamentada em lei, as suas terras. Isso vai trazer segurança jurídica para os posseiros e proprietários e vai resultar em desenvolvimento econômico para cada um dos Estados", comenta o desembargador do TJ, Ricardo Gentil.

O desembargador maranhense Marcelo Carvalho explica que o problema principal do judiciário é a distância com a população em geral. "O poder judiciário deve ficar perto da sociedade, ele

deve começar a enfrentar os problemas sociais e não ficar apenas apegados a determinados processos individuais ou coletivos. O Poder Judiciário tem que sair de seus gabinetes, tem que ir à sociedade. É o que nós estamos fazendo hoje", relata.

Para colocar as ações em prática, Wellington Dias explicou que políticas públicas devem ser implementadas. "Precisamos ter com isso uma política de desenvolvimento a partir da regularização fundiária. É possível garantir e assegurar investimentos com financiadores dos programas nas áreas da agricultura, das indústrias, enfim, eu acredito que é um passo importante não para o Piauí, nem mesmo para região do Matopiba, mas sim importante para o Brasil", finaliza.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
GP1	07/12/18	-	

## Novo cartório é inaugurado em Teresina nesta quinta-feira

Com a extinção do Cartório Nazareno, a 2ª Serventia de Protesto dará continuidade aos registros de pessoas jurídicas e registros de títulos e documentos.



**DAVI FERNANDES**  
TERESINA

06/12/2018 17h56 - atualizado 17h56



Nesta quinta-feira (06), foi inaugurado o Cartório da 2ª Serventia Extrajudicial de Tabelionato de Notas e Protesto de Tributos, localizada na rua Barroso, no Centro de Teresina.

Com a extinção do Cartório Nazareno, a 2ª Serventia de Protesto dará continuidade aos registros de pessoas jurídicas e registros de títulos e documentos.

A inauguração do novo cartório foi um trabalho realizado pelo Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) em conjunto com a Corregedoria Geral do Estado (CGE).

Na inauguração estiveram presentes o vice-corregedor Geral da Justiça, desembargador Brandão de Carvalho e o juiz auxiliar da vice-corregedoria, Luiz Henrique.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
R10	07/12/18	-	

#### **APPM recebe projeto sobre Regularização Fundiária**

O presidente da APPM e prefeito de São João do Piauí, Gil Carlos, participou, nesta quinta-feira (06), da abertura da reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-gerais da Justiça do Matopiba. O encontro foi realizado no auditório do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI) e uma das principais pautas é discutir a questão da regularização fundiária dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia.

Também estiveram na solenidade o governador Wellington Dias, desembargadores e juízes do TJ-PI e os corregedores-gerais da Justiça dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Bahia, além de representantes de instituições ligadas à temática fundiária dos quatro estados.

Na solenidade, o presidente da APPM, Gil Carlos, recebeu do corregedor-geral da Justiça do Piauí, Ricardo Gentil Eulálio, um Projeto de Minuta de Lei sobre Regularização Fundiária Urbana e destacou a importância do documento para os municípios piauienses.

“Este documento é muito importante não somente para os municípios que compõem o MATOPIBA, na região das Chapadas das Mangabeiras e Alto Parnaíba, mas para as cidades de todo o Piauí. A regularização fundiária e a titularização das terras será um avanço importante, uma conquista social; para os negócios imobiliários poderemos dar segurança aos empreendimentos, a posse do imóvel, e isso sem dúvidas é um grande avanço. Outra vantagem aqui no Piauí é este modelo que chega para se resolver a situação fundiária e está sendo coordenado pela Corregedoria Geral do Estado, com envolvimento do governo do estado do Piauí e dos municípios, para juntos avançarmos e reduzirmos o máximo possível os litígios em torno da regularização. Parabenizamos o desembargador Ricardo Gentil, que criou um núcleo específico para tratar sobre o tema, com juízes técnicos envolvidos exclusivamente nesta questão, pontua o presidente.

Segundo o corregedor-geral de Justiça do Piauí, desembargador Ricardo Gentil, a regularização fundiária traz um novo olhar sobre a governança responsável da terra no Piauí.

“A debilidade da governança de terras, somada à veloz expansão agrícola na região do Matopiba aceleram os problemas fundiários, circunstância que exige atuação integrada e eficaz do Poder Judiciário na região”, afirma.

O governador Wellington Dias, que esteve presente ao evento, elogiou a iniciativa do Tribunal Justiça e disse que o governo do Piauí vai estar junto com o poder judiciário.

“Quero parabenizar a iniciativa do Tribunal de Justiça, que teve esse olhar para essa região do Brasil. Conversei com os governadores dos quatro estados envolvidos e vamos estar juntos com o judiciário. Vamos buscar alternativas para a regularização da propriedade nessas regiões”, disse Wellington Dias.

O encontro contou com um intercâmbio de experiências entre as corregedorias participantes, que fizeram apresentações sobre as especificidades dos seus estados com os respectivos representantes dos institutos estaduais de terras e das superintendências regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

#### Colegiado

O Fórum Fundiário dos Corregedores-gerais da Justiça da Região do Matopiba foi criado no dia 22 de março, durante a realização do 77º Encontro de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge).

#### Núcleo

A Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Piauí (CGJ-PI) foi pioneira no âmbito do Judiciário brasileiro ao instalar, no último dia 6, o seu Núcleo de Regularização Fundiária. Regulamentado pelo Provimento 017/2016, o Núcleo funciona como ambiente de integração entre os diversos atores envolvidos na questão fundiária do Piauí, fomentando o diálogo entre a sociedade civil organizada e as instituições relacionadas ao tema, visando à formulação de propostas para a melhoria da gestão fundiária e soluções dos conflitos agrários no Piauí.



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

#### ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Meio Norte	07/12/18	-	

#### **Novo Cartório no centro de THE vai agilizar serviços à população**

Longas filas, demora interminável. Esqueça tudo isso. Cada dia mais o **Tribunal de Justiça do Piauí** (TJ-PI) e a **Corregedoria Geral do Estado** (CGJ) têm trabalhado no sentido de oportunizar ao cidadão o acesso mais rápido e eficiente aos serviços da Justiça.

Com este propósito, foi inaugurada mais uma reforma de prédio para melhor atender o jurisdicionado. Trata-se da 2ª Serventia Extrajudicial de Tabelionato de Notas e Protesto de Tributos. O local fica situado na Rua Barroso, 1009, zona Norte de Teresina, próximo ao Sebrae.

Para atestar a eficiência dos trabalhos e conhecer a estrutura, o Vice-Corregedor Geral da Justiça, Desembargador Brandão de Carvalho e o Juiz Auxiliar da Vice-Corregedoria, Luiz Henrique, estiveram no local na manhã desta quinta-feira (06/12). Para o Desembargador Brandão, o espaço vem para atender às demandas da população pelos serviços extrajudiciais. “Temos acompanhado a demanda das pessoas junto aos Cartórios, passando horas em filas sem receber atendimento.

Assim, nós, por meio da Vice-Corregedoria, juntamente com nosso juiz auxiliar Luiz Henrique, levamos a frente este projeto e estamos entregando agora para a população mais um Cartório. Já está em pleno funcionamento e apto a atender a população. A Serventia dará vazão aos serviços extrajudiciais dessa área”, afirmou o Desembargador.

Conduzindo os trabalhos, o Juiz Luiz Henrique ressaltou que a nova Unidade Judiciária será fundamental para a população, que encontrará no espaço toda estrutura para resolver seus problemas. “Nosso foco é atender a população a contento, sem reclamações. Assim, assumimos o desafio de instalamos dois Cartórios e vamos atingir. O primeiro já está aqui sendo entregue à população e o segundo será inaugurado até dia 06 de janeiro, no Dirceu”, complementou o magistrado.